



RELIGIOSIDADES, AFRICANIDADES E DECOLONIALIDADE NO AMAZONAS

Religions Africanities and Decoloniality in the Amazonas

Paulo Cavalcante de Albuquerque Melo¹

Universidade Federal de Paraíba (UFPB)

DOI: 10.29327/256659.15.3-3

SILVA, Adan Renê Pereira da. TENÓRIO, Adriano Magalhães. LIMA JÚNIOR, Josivaldo Bentes (Org.). *Festas, religiosidades e africanidades no Amazonas*. São Paulo: Editora Dialética, 2023. 316p.

“Festas, religiosidades e africanidades no Amazonas” é uma obra composta por onze capítulos que discutem sobre história, festas, africanidades, decolonialidade, diversidade, cultura e religiosidades populares no Amazonas. O livro foi organizado por Adan Renê Pereira da Silva, Adriano Magalhães Tenório e Josivaldo Bentes Lima Júnior, todos acadêmicos envolvidos em pesquisas relacionadas aos temas mencionados.

O objetivo do livro, como exposto no prefácio escrito pelo Prof. Dr. Babalawô Ivanir dos Santos, é estabelecer diálogos e promover discussões que ampliem o conhecimento acerca das diferentes religiosidades que compõem a identidade brasileira. Além disso, a obra tem um explícito propósito político: fortalecer as resistências cotidianas por meio da decolonialidade, uma abordagem cada vez mais necessária em um país como o Brasil, marcado pela intolerância religiosa, racismo estrutural e um imaginário eurocêntrico.

¹ Mestre em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCR/UFPB). Licenciado em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: paulomelocr@gmail.com

O primeiro capítulo (p. 19-36), intitulado “Em resgate de africanidades amazônicas: análise de toadas do Festival Folclórico de Parintins (2018-2022)”, foi escrito por Adan Renê Pereira da Silva. Nele, são exploradas as histórias africanas presentes nas toadas do folclore de Parintins. O autor argumenta que as toadas, como formas de expressão folclórica amazônica, são veículos de linguagem que transmitem histórias, narrativas e ideias, contribuindo para a formação do imaginário coletivo. Dessa forma, Silva discute como essas toadas ajudam a refletir sobre as africanidades existentes nas diásporas do Amazonas, frequentemente invisibilizadas pelo racismo.

Silva realiza uma análise das toadas produzidas entre 2018 e 2022, destacando como elas incorporam elementos da cultura africana e afro-brasileira. Por meio de uma abordagem crítica, o autor explora como essas expressões culturais reafirmam identidades e resistências, enquanto dialogam com influências indígenas e europeias na região. O capítulo é fundamental para dar visibilidade e descolonizar as narrativas sobre a cultura popular amazônica.

O segundo capítulo (p. 37-58), “A diversidade de elementos religiosos nos cultos de matrizes africanas em Manaus nas primeiras décadas do século XX”, escrito por Adriano Magalhães Tenório, discute a pluralidade de elementos religiosos nos cultos de matrizes africanas em Manaus, que muitas vezes foram alvo de caracterizações generalistas, simplistas e homogeneizadoras pelo discurso jornalístico da época, marcado pelo racismo religioso e epistêmico.

Tenório destaca que os textos de jornais são documentos historiográficos, carregados das perspectivas ideológicas de seus(as) autores(as), e, portanto, merecem uma análise crítica. Embora contenham informações imprecisas e generalizantes, são documentos relevantes para a análise histórica. Assim, o autor aponta que, ao categorizar os cultos populares de forma simplista como “pajelança”, os textos jornalísticos invisibilizam a diversidade dos elementos religiosos de matrizes africanas presentes nessas manifestações populares.

Ao corrigir esses entendimentos equivocados, o capítulo se mostra extremamente relevante, oferecendo alicerces epistemológicos para preencher uma lacuna historiográfica

sobre as religiões afro-brasileiras no Amazonas. Além disso, contribui para visibilizar aspectos culturais, étnicos e religiosos que foram historicamente perseguidos, estereotipados e reprimidos.

No terceiro capítulo (p. 59-88), “São Benedito versus Nossa Senhora de Fátima: conflitos religiosos no bairro da Praça 14 de Janeiro em Manaus-AM”, Vinícius Alves da Rosa e Rafaela Fonseca da Silva exploram a resistência da Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima à devoção a São Benedito, praticada há 132 anos pela comunidade quilombola do bairro Praça 14 de Janeiro. A pesquisa, realizada entre 2016 e 2021, utilizou entrevistas, conversas informais, narrativas e observação participante para documentar os eventos e práticas religiosas locais, revelando um cenário de coexistência e conflito entre diversas celebrações religiosas.

O estudo demonstra que no bairro há uma rica diversidade de celebrações religiosas, incluindo festas em honra a Nossa Senhora de Fátima, São Cristóvão, São José e Santa Teresinha, além de práticas de matrizes africanas como o “tambor de crioula” e o “batuque”. Essa pluralidade religiosa, no entanto, gera tensões entre a Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima e a devoção a São Benedito, refletindo uma complexa interação entre diferentes tradições e identidades culturais.

O capítulo destaca que a resistência da Igreja Católica está enraizada em uma mentalidade colonial e racista que historicamente desvaloriza as práticas religiosas africanas. Embora haja um avanço na aceitação institucional, com a permissão para que a procissão chegue até a Igreja, a figura de São Benedito ainda enfrenta resistência. O texto ilustra como essas tensões religiosas afetam a coesão social e sublinha a importância de superar o racismo estrutural para promover uma convivência harmoniosa entre as diversas expressões religiosas.

O quarto capítulo (p. 89-107), escrito por Gláucio da Gama e Donizete Rodrigues, intitulado “Tambor de Mina Jêje-Nagô em Manaus: o caso do Terreiro da Vodunsi Hunjáí Orny de Oxum Apará”, foca na origem, nas práticas litúrgicas e na organização deste templo religioso, destacando seu universo mítico de crenças, ritos, cosmologias, cosmogonias e ancestralidades presentes nesse tipo de culto.

Além do detalhamento historiográfico e epistemológico sobre o Tambor de Mina Jêje-Nagô em Manaus, os(as) autores(as) dão ênfase às lideranças femininas da Nação Jêje-Nagô, tanto nas origens quanto na atualidade. A pesquisa contribui significativamente para introduzir os(as) interessados(as) no universo dos cultos afro-brasileiros no Amazonas, bem como para visibilizar o papel central da mulher na religião.

No quinto capítulo (p. 109-134), “Mãe de Santo festeira: Joana Galante, o boi, o santo e o pássaro em Manaus (1949-1970)”, Josivaldo Bentes Lima Júnior explora a trajetória de Joana Almeida dos Santos, conhecida como Mãe Joana Galante, que se destacou como a mãe de santo mais famosa de Manaus. O capítulo examina como Joana organizou as festas do boi “Galante”, do pássaro “Bem-ti-vi” e de “São Sebastião” durante esse período, utilizando pesquisas em jornais e literatura especializada para reconstruir sua influência e importância na cultura local.

O texto enfatiza a relevância de Joana Galante no contexto da invisibilização histórica dos(as) negros(as) na região e das perseguições enfrentadas por líderes de religiões de matrizes africanas no Brasil. As festas organizadas por ela são destacadas como símbolos de resistência e ocupação de espaços públicos que tradicionalmente foram negados às religiões africanas e afro-brasileiras. Essas celebrações são analisadas como instrumentos importantes na luta contra o racismo, evidenciando o papel crucial de Joana Galante na afirmação e visibilidade dessas tradições.

Apesar das adversidades, Joana Galante se destacou por suas estratégias de afirmação social, como estabelecer relações com a imprensa, formar alianças políticas e cultivar solidariedade com amigos e vizinhos. O capítulo oferece uma visão detalhada do impacto social e da resistência de uma mulher negra praticante de religião afro-brasileira em um ambiente marcado pelo racismo estrutural e pela intolerância religiosa, ressaltando a importância dos elementos africanos na cultura amazônica frequentemente ignorados pela historiografia tradicional.

No sexto capítulo (p. 135-183), “Escravidão, saúde e poder na ‘Manáos’ provincial”, Samuel Luzeiro Lucena de Medeiros explora as condições de saúde e as dinâmicas de poder que moldaram a vida dos(as) africanos(as) e afrodescendentes escravizados(as) na capital

da Província do Amazonas no século XIX. Utilizando pesquisa documental, o autor destaca as condições desumanas impostas aos(as) escravizados(as) no Brasil, com um foco especial na região amazônica. Medeiros argumenta que o sistema escravagista era central nas relações sociais e influenciava diversos aspectos da vida, tornando os(as) negros(as) e indígenas particularmente vulneráveis às doenças e epidemias da época.

Apesar da aculturação forçada pelos europeus, os povos escravizados conseguiram preservar tradições culturais, especialmente em práticas de saúde ritualísticas. No entanto, essas práticas enfrentaram repressão sistemática por meio de legislações e aparatos legais que recriminavam o curandeirismo, visto como mágico ou diabólico pelas autoridades. O autor revela que essas leis visavam privar os(as) negros(as) e indígenas do acesso à saúde, exceto quando isso era de interesse econômico para seus senhores. Além disso, figuras de autoridade utilizavam seu poder para reprimir e desumanizar os(as) escravizados(as), silenciando suas vozes e práticas.

A análise histórica de Medeiros evidencia como o racismo, o sistema escravista e as dinâmicas de poder na sociedade do Amazonas oitocentista negavam aos(as) negros(as), indígenas e mestiços(as) direitos fundamentais, como o acesso à saúde e condições de vida dignas. O capítulo convida a uma reflexão crítica sobre como esses mecanismos opressivos contribuíram para o extermínio dessas populações no Brasil e ainda continuam a influenciar as relações sociais contemporâneas.

O sétimo capítulo (p. 185-204), “Interculturalidade e decolonialidade no imaginário amazônico: análise do protagonismo étnico e social em ‘Bumbá’ de Carlos Gomes”, foi escrito por Alexandre da Silva Santos. Este texto estabelece um diálogo interdisciplinar entre História e Literatura, explorando o imaginário amazônico e o protagonismo de pessoas negras, ameríndias, ribeirinhas e nordestinas.

Nas discussões do capítulo, é possível identificar a presença de práticas eurocêntricas nas relações apresentadas na narrativa “Bumbá”, de Carlos Gomes, o que permite uma crítica decolonial destinada a desconstruir estereótipos e preconceitos que reforçam visões eurocêntricas sobre os bois-bumbás. O texto valoriza as disputas de bois-bumbás como formas de resistência cultural e afirmação das identidades locais.

O oitavo capítulo (p. 205-219), “Confissões ao pé do ouvido: um mameluco diante do inquisidor durante a visita do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)”, escrito por Gisele da Silva Rezk, tem como objetivo principal explorar aspectos da vida amorosa da comunidade paraense por meio dos documentos dos processos inquisitoriais gerados pela visita do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará entre 1763 e 1769, com especial atenção à confissão do mameluco João Mendes Pynheiro.

Após uma introdução detalhada ao conceito de magia e aos processos inquisitoriais iniciados na Europa, Rezk nos apresenta, com base nos documentos do Santo Ofício, a emblemática confissão de João Mendes Pynheiro, que admitiu ter recorrido a meios mágicos para conquistar o amor de uma índia solteira. O capítulo é relevante por destacar aspectos geralmente ignorados nas investigações sobre magia e história, como a relação entre vida amorosa e práticas mágicas daqueles(as) que recorriam a tais meios.

O nono capítulo (p. 221-256), “Rap manauara: globalização e hibridismo construindo uma identidade cultural na cidade de Manaus (1989 a 1999)”, foi escrito por Richardson Adriano de Souza. O autor aborda o processo de construção de uma identidade alternativa ligada à cultura Hip Hop por meio do Rap, que é analisado como um efeito colateral da Diáspora Africana refletida na produção cultural de Manaus entre as décadas de 1980 e 1990.

Souza nos oferece uma análise aprofundada do desenvolvimento do Rap na era da globalização e do hibridismo, apresentando-o como uma arma política que desromantiza as perspectivas idealizadas sobre Manaus, as quais ocultavam as violências e desigualdades sociais. Em tal perspectiva, o Rap é visto como instrumento importante de formação de identidade para os(as) oprimidos(as), de conscientização política, e, além disso, como uma nova forma de sentir, pensar e construir na cidade.

No décimo capítulo (p. 257-290), intitulado “Trajetórias da Mãe de Santo Sofia Ronald: memórias fora do cis-tema em experiências religiosas transviadas na ilha de Parintins, Amazonas”, escrito por Adan Renê Pereira da Silva, Josivaldo Bentes Lima Júnior e Adriano Magalhães Tenório, é apresentado o protagonismo de Mãe Sofia, uma mãe de santo

transexual. O objetivo principal do texto é discutir os desafios e as estratégias de resistência de uma mulher trans pertencente a uma religião afro-brasileira.

O ponto de partida da pesquisa — um Boletim de Ocorrência registrado contra “o travesti Sófia” — já indica a difícil realidade enfrentada cotidianamente pela mãe de santo em uma sociedade predominantemente marcada por valores heterossexistas, cisgêneros, transfóbicos e racistas. O trabalho dos autores revela a inspiradora história, as experiências e as memórias de Mãe Sofia, que confrontou diretamente os paradigmas coloniais, heteronormativos e racistas da sociedade.

Um aspecto particularmente interessante é a metodologia de história oral utilizada, que, por meio de entrevistas, permite que a própria mãe de santo, a partir de seu lugar de fala, apresente sua história e suas perspectivas sobre os acontecimentos vivenciados. O capítulo contribui significativamente para consolidar Mãe Sofia como símbolo de resistência, luta, tolerância, resiliência e transgressão de paradigmas impostos, colocando-a em um espaço de maior visibilidade e valorização.

O décimo primeiro e último capítulo (p. 291-310), “Às margens do rio Andirá: São Sebastião, padroeiro quilombola”, foi escrito por Georgio Ítalo Ferreira de Oliveira. No texto, são evidenciados aspectos das vivências religiosas de uma comunidade negra na Amazônia Profunda, trazendo reflexões sobre São Sebastião nas experiências de fé em um quilombo localizado no interior do Amazonas, na cidade de Barreirinha.

O capítulo apresenta ricos elementos para a análise do catolicismo popular no contexto das experiências vivenciadas pelos quilombolas. Além disso, evidencia as resistências dos povos diaspóricos ao processo de aculturação imposto pelas colonizações europeias, destacando a formação do sincretismo religioso presente na figura de São Sebastião, cultuado tanto pela Igreja Católica, quanto pelos(as) quilombolas. Desse modo, o autor apresenta a Igreja — construída pelos(as) negros(as) —, os(as) quilombolas e São Sebastião como figuras de resistência e luta por direitos civis.

Conclui-se que a obra, brevemente apresentada, oferece excelentes textos que dialogam com várias temáticas, como foi possível identificar na análise de cada capítulo individualmente. O que se destaca, além da qualidade da escrita, é o comprometimento

intelectual, político e social dos(as) autores(as) em promover, por meio de seus trabalhos acadêmicos, perspectivas decoloniais que buscam transgredir os paradigmas impostos pelo racismo, intolerância religiosa, sexismo e outras formas de discriminações. Trata-se, portanto, de uma obra fundamental não apenas para os(as) inseridos(as) nas discussões sobre festas, religiosidades e africanidades no Amazonas, mas sim para todos(as) aqueles(as) interessados(as) na construção de uma sociedade mais justa, equitativa, pluralista, antirracista e livre.

Recebida em 16/08/2024.

Aprovada para publicação em 07/11/2024.